

2018					Capital Social
Descrição	Número de membros	Honorários	Operações de crédito	Depósitos	2.965
Conselheiros e diretoria executiva	26	3.304	7.347	29.930	

2017					Capital Social
Descrição	Número de membros	Honorários	Operações de crédito	Depósitos	2.333
Conselheiros e diretoria executiva	26	3.024	4.723	23.924	

22. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

Em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de risco compatível com a natureza e a complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, cuja descrição é apresentada no site da Unicred do Brasil e pode ser acessada através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br. Seus detalhes se encontram no Regulamento de Gestão de Riscos do Sistema Unicred, disponível em portal corporativo.

De modo geral, esta estrutura fundamenta-se nos pilares regulamentares descritos na Resolução CMN nº 4.557/17, tendo a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, monitorar, controlar e reportar os riscos assumidos pela instituição, bem como a interação entre eles, mantendo-os adequados aos níveis desejados e descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos e dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração.

Para cada tipo de risco incorrido existem diretrizes específicas, mas que podem ser assim resumidas:

a. Risco operacional

Implantada em conformidade com a regulação vigente, tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

b. Risco de crédito

Essa estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas à contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme estabelecido pelo regulador.

c. Risco de liquidez

Implantada em cumprimento à regulação vigente, a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e à possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d. Risco de mercado

Essa estrutura tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Inclui o risco de taxas de juros, dos preços de ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos detidos pela instituição.

e. Risco socioambiental

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 4.327/14, esta Cooperativa possui estrutura de gerenciamento de risco socioambiental compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

f. Gestão de Continuidade de Negócios

De forma geral, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios se fundamenta nos princípios básicos para garantir a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos mais críticos no caso de ocorrência de eventuais interrupções, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo regulador.

g. Gestão de capital

Elaborada com base na regulação vigente, tem por objetivo o processo contínuo de:

I. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e


III. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

h. Risco de mercado

Essa estrutura tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

Murilo Miguez Presidente CPF 300.157.587-53	Ingo Regis Diretor Administrativo/Financeiro CPF 448.751.009-06
Marcelo Vieira Martins Diretor Executivo CPF: 670.429.029-04	Angela de Freitas Domingos Contador CRC: RS- 067967-1 CPF 613.665.440-72

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
Aos Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito do Leste de Santa Catarina e do Paraná Ltda. – Unicred União Itajaí/SC			
Opinião			
Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito do Leste de Santa Catarina e do Paraná Ltda. – Unicred União ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.			
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Leste de Santa Catarina e do Paraná Ltda. – Unicred União em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.			
Base para opinião			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor			
A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.			
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.			
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras			
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.			
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.			
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.			
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.			
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
São Paulo, 19 de março de 2019			

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC – ZSP034519/O-6	
Dario Ramos da Cunha Contador CRC – 1SP21414/O-1	

PARECER DO CONSELHO FISCAL			
O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito do Leste de Santa Catarina e do Paraná Ltda – Unicred União, no cumprimento de suas funções estatutárias e a legislação vigente, examinou as Demonstrações Financeiras da Cooperativa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstrações de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.			
Nos referidos exames, levaram-se em consideração as análises realizadas nos livros, os documentos, atas e Parecer da Auditoria, bem como os critérios e procedimentos contábeis, tudo em consonância com a legislação vigente.			
O Conselho Fiscal conclui que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa.			
20 de março de 2019.			

Conselho Fiscal Unicred União

2018				2017			
Descrição	2º semestre		Exercício	Descrição	2º semestre		Exercício
Ativo			483.591	Ativo			415.274
Relações interfinanceiras (nota 4)			-	Relações interfinanceiras (nota 4)			74
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação			461.929	Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação			398.220
Centralização financeira			21.662	Centralização financeira			16.980
Investimentos (nota 8)			-	Investimentos (nota 8)			-
Despesas com Unicred Central			(8.400)	Despesas com Unicred Central			(6.608)
Unicred do Brasil (nota 15)			(4.566)	Unicred do Brasil (nota 15)			(4.000)
Unicred Central SC/PR (nota 15)			(3.834)	Unicred Central SC/PR (nota 15)			2.608

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

As operações de crédito e depósitos são realizadas em condições similares aos demais cooperados. As remunerações pagas aos Diretores e membros dos Conselhos são deliberadas e aprovadas em Assembleia Geral Ordinária.

As pessoas-chave da Administração da Cooperativa abrangem os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria executiva, os quais têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Instituição.

As transações com as pessoas-chave da Administração, divulgadas abaixo, referem-se aos saldos de depósitos (à vista e a prazo) e às operações de crédito mantidas por elas na Unicred União, as quais foram realizadas dentro do contexto normal de suas atividades, observando as mesmas condições estabelecidas para os demais cooperados.

Ainda em cumprimento do pronunciamento técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, também estão divulgados abaixo os valores referentes aos honorários, à cédula de presença e às gratificações realizadas concedidas às pessoas-chave da Administração da Unicred União na competência do exercício findo.